

“O Repairamento do dito Moesteiro, que estava a ponto de sse vijnr a terra”: *Notícias sobre a construção e a reconstrução dos edifícios monásticos das monjas cistercienses, em Portugal (sécs. XIII-XVI)*

Luís Miguel Répas¹

Resumo

Em Portugal, os historiadores que se dedicam ao monaquismo, mais atentos a aspetos institucionais e económicos, têm dado pouca atenção aos espaços monásticos e à sua utilização quotidiana, e o facto dos fundos monástico-conventuais ainda se manterem praticamente inéditos fez com que muitas fontes manuscritas não tenham sido usadas pelos historiadores da arte nos seus estudos. Procuraremos, por isso, arrolar referências a obras de construção e de reconstrução de edifícios, sobretudo monásticos, que se encontram registadas na documentação dos mosteiros cistercienses femininos portugueses, contextualizando-as historicamente e analisando, sempre que possível, o espaço em que se inserem. Nesta articulação do espaço construído com os seus agentes (os que patrocinam a obra, os que a fazem e aqueles que aí habitam), procuraremos alicerçar um conhecimento mais profundo destas comunidades e dos ciclos de vida dos edifícios monásticos.

Palavras-chave

Obras; Construção; Mosteiros; Espaço monástico; Financiamento.

¹ Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH); Centro de História da Sociedade e da Cultura (FLUC). Bolseiro pós-doutoral do projeto Books, rituals and space in a Cistercian nunnery. Living, praying and reading in Lervão, 13th-16th centuries (ref.^a PTDC/ART-HIS/0739/2020), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do qual se desenvolveu este trabalho.

“The Restoration of the said Monastery that was on the point of falling to the ground”: the construction and reconstruction of Cistercian female conventual buildings in Portugal (13th-16th centuries)

Abstract

In Portugal, historians of monasticism, often preoccupied with institutional and economic matters, have paid little attention to conventual spaces and their daily use. Further, the fact that a good deal of monastic/conventual documentation still remains unpublished has led to many manuscript sources being overlooked by art historians. In an attempt to ameliorate matters, this paper enumerates the references to works of construction and reconstruction of buildings, especially monastic structures, mentioned in the documentation of Portuguese Cistercian nunneries, placing them in their historical context and, where possible, analysing the sites concerned. Through a consideration of the built space in conjunction with those actively concerned with it – sponsors, builders and residents – this paper seeks to build a deeper understanding of these conventual communities and of the life cycles of their buildings.

Keywords

Works; Construction; Monasteries; Monastic space; Financing.

O presente trabalho assenta num conjunto de notícias sobre a construção e a reconstrução dos edifícios monásticos das monjas cistercienses, em Portugal, entre os séculos XIII e XVI. O excerto que dá título a este texto é retirado de um documento relativo ao Mosteiro de Almoester, localizado no termo de Santarém, que, tal como veremos em relação a outros mosteiros cistercienses, não estava, propriamente, integrado na malha urbana dessa vila medieval. Lembro, porém, a este propósito, a argumentação dos procuradores do concelho da Guarda às Cortes de Lisboa de 1439, a favor dos vizinhos do termo, em que diziam ser a cidade o corpo cujos membros eram as aldeias do seu termo, devendo, por isso, a cidade e o seu termo ser uma só unidade². Foi esta aceção que tivemos em consideração ao elaborar o pequeno estudo que aqui apresentamos.

Sendo o âmbito temático desta obra *Construir e Reconstruir na Europa Urbana Medieval*, a verdade é que os mosteiros cistercienses femininos não se localizavam

² COELHO, Maria Helena da Cruz; RÊPAS, Luís Miguel – *Um Cruzamento de Fronteiras. O discurso dos concelhos da Guarda em Cortes*. Guarda: Campo das Letras, 2006, doc. 15 (§ 5), pp. 109-111, bem como a p. 53.

dentro do espaço urbano, e alguns deles nem sequer junto a um espaço urbano³. Os primeiros (e, sem dúvida, os mais importantes nos séculos XIII e XIV), Lorvão e Arouca, resultaram de reformas de comunidades beneditinas que remontavam à reocupação cristã do espaço até ao Mondego, na sequência da primeira Reconquista de Coimbra, em 878, e estão, em consonância com a sua origem, implantados no mundo rural (**Fig. 1**)⁴. Porém, a propagação das comunidades de monjas cistercienses no território português verificou-se ao longo de todo o século XIII (e todas as comunidades medievais foram fundadas nesse século)⁵, que é, como se sabe, um período de grande crescimento urbano, aspecto que acabou, também, por marcar uma nova etapa da expansão cisterciense feminina em Portugal, com a fundação de comunidades conventuais mais próximas de espaços urbanos: nas celas de Santa Maria, junto a Coimbra, na ermida de São Bento de Cástris, junto a Évora, em Almoester, no termo de Santarém, e, finalmente, em Odivelas, junto a Lisboa (**Fig. 1**)⁶.

É, por isso, natural que não prestemos aqui atenção a Lorvão, a Arouca e, ainda, a Cós, também localizada no espaço rural, no couto de Alcobaça, e que concentremos o nosso estudo nas casas monásticas edificadas junto às cidades de Coimbra, Lisboa e Évora, e à vila de Santarém, de forma a alinhar este trabalho com os propósitos da presente publicação.

Em Portugal, os historiadores têm dado pouca atenção aos espaços monásticos e à sua utilização quotidiana⁷, preferindo análises de recorte mais institucional,

³ Sobre a implantação de alguns mosteiros femininos cistercienses do reino de Aragão em espaços próximos das cidades, veja-se o recente estudo de CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo; FERNÁNDEZ SOMOZA, Gloria – “Arte en femenino. Los monasterios suburbanos en el Cister de la Corona de Aragón”. In CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo (coord.) – *Aragonia Cisterciensis. Espacio, arquitectura, música y función en los monasterios de la Orden del Cister en la Corona de Aragón*. Gijón: Ediciones Trea, 2020, pp. 137-156, onde se apresentam informações de grande interesse para articular a organização dos espaços monásticos com a forma de vida praticada pelas monjas, a qual, muitas vezes, se afastava bastante do ideal e da normativa cistercienses.

⁴ Para estes mosteiros, e para a cronologia fundacional, veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz – *O mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*. 2.ª ed., Arouca: Câmara Municipal de Arouca / Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988, pp. 20-26 e o recente trabalho de REAL, Manuel Luís – “A presúria de “Uilla Coua” e as origens do Mosteiro de Lorvão”. *Medievalista* [Em linha] 32 (2022) [Consultado a 4 de dezembro de 2022]. Disponível em <http://journals.openedition.org/medievalista/5635>

⁵ RÉPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média*. Vol. 1. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021, pp. 55-134. Tese de Doutoramento.

⁶ Os estatutos da Ordem, desde o início, impediam a fundação dos mosteiros cistercienses no seio da malha urbana [“I. Quo in loco sint construenda coenobia. In civitatibus, castellis, villis, nulla nostra construenda sunt coenobia, sed in locis a conversatione hominum semotis.” (CANIVEZ, Joseph-Marie – *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis*. I: *Ab anno 1116 ad annum 1220*. Louvain: Revue d’Histoire Ecclésiastique, 1933, p. 13); tradução: “I. Não é nas cidades, castelos ou aldeias, que se hão de construir os nossos mosteiros, mas em locais afastados do convívio dos homens” (*Cister: os documentos primitivos*. Tradução, introduções e comentários de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 81)], pelo que se compreende que mesmo estas comunidades, sendo mais urbanas, estivessem implantadas junto às cidades ou no termo de vilas e cidades, mas fora dos espaços amuralhados.

⁷ Neste âmbito, para além dos vários estudos de Artur Nobre de Gusmão e Maur Cocheril, assinalam-se, sobretudo, os trabalhos mais recentes de Ana Maria Tavares Martins: MARTINS, Ana Maria Tavares – “Espaço monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor*

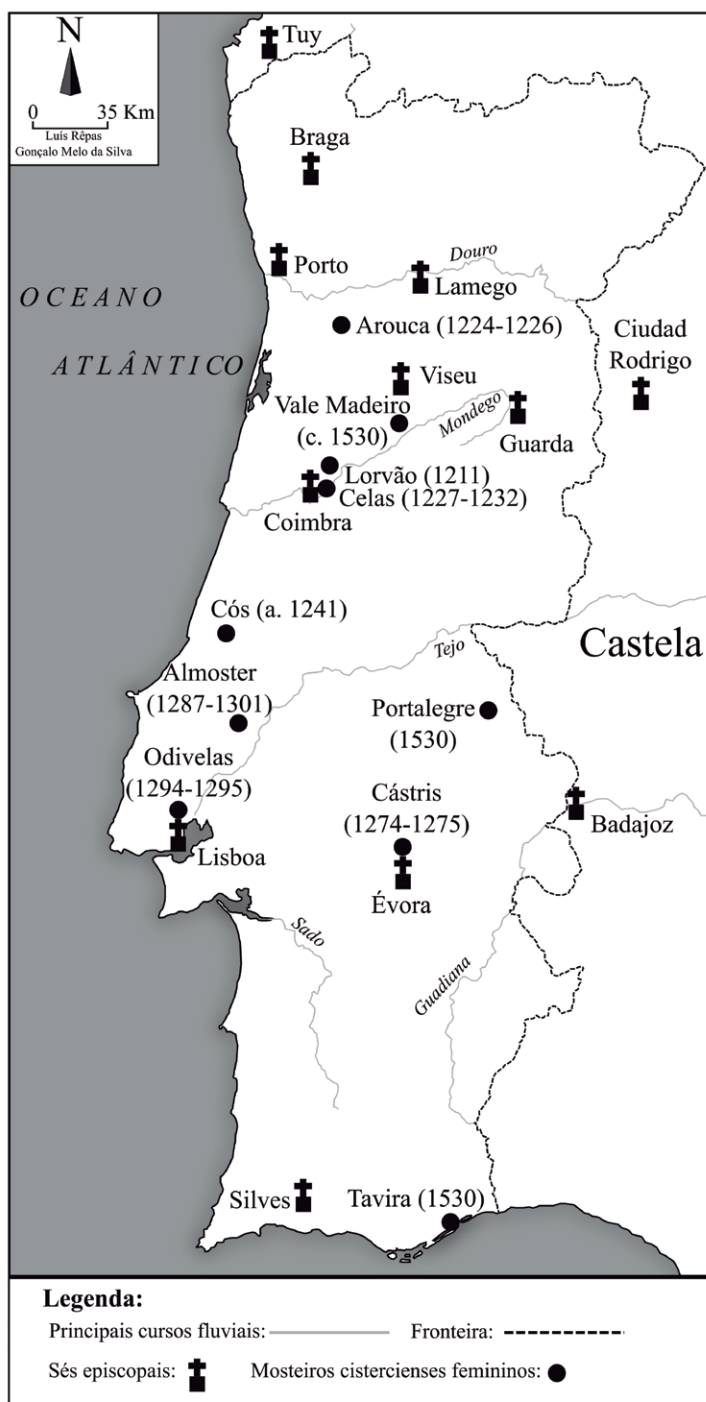


Fig. 1 – Mapa dos mosteiros cistercienses femininos em Portugal (até 1530).

económico ou, quando muito, social. Por outro lado, o facto dos fundos monástico-conventuais ainda se manterem praticamente inéditos fez com que muitas fontes manuscritas não tenham sido usadas pelos historiadores da arte nos seus estudos. Por estes motivos, nos trabalhos até agora desenvolvidos são raras as alusões a aspectos concretos associados a obras nos mosteiros cistercienses, à exceção, quando muito, do Mosteiro de Alcobaça, que se encontra muito mais bem documentado e que foi já objeto de várias teses de doutoramento e de uma multiplicidade de outros estudos⁸.

José Amadeu Coelho Dias. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 85-107; MARTINS, Ana Maria Tavares – *As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território*. Sevilha: Universidade de Sevilha, 2011. Tese de doutoramento.

⁸ Salvo raras exceções (REAL, Manuel Luís – “A construção cisterciense em Portugal durante a Idade Média”. In RODRIGUES, Jorge; VALLE PÉREZ, Xosé Carlos (coords.) – *Arte de Cister em Portugal e Galiza*. s.l.: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998, pp. 42-97; REAL, Manuel Luís – “A Organização do Espaço Monástico entre os Cistercienses, no Portugal Medieval”. In MARQUES, Maria Alegria Fernandes; AMARAL, Luís Carlos (coords.) – *Monasticon (II): nos caminos de Cister. Livro do VIII Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2013, pp. 77-112; GOMES, Saul António – “A construção monástica no Portugal medieval: algumas reflexões”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: Arquitecturas e Técnicas Construtivas*. Braga: CITCEM/LAMOP, 2013, pp. 245-266; e MELO, Arnaldo Sousa – “O processo construtivo dos edifícios cistercienses em Portugal na Idade Média”. In MARQUES, Maria Alegria Fernandes; AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *De Cister a Portugal: o tempo e o(s) modo(s)*. Livro do XI Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2016, pp. 151-172), esta temática específica também não tem sido abordada pelos especialistas da história da construção, que preferiram estudar a habitação régia (GOMES, Rita Costa – “Monarquias e território: residências reais portuguesas, séculos XIV a XVI”. In SABATIER, Gérard; GOMES, Rita Costa (coords.) – *Lugares do poder*. Lisboa: FCG/Acarte, 1998, pp. 84-105; SENOS, Nuno – *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002; MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “O processo construtivo dos paços régios medievais portugueses nos séculos XV e XVI: O Paço Real de Sintra”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: Arquitecturas e Técnicas Construtivas*. Braga: CITCEM/LAMOP, 2013, pp. 213-244; MARTINS, Diana – *O Paço da Alcáçova de Lisboa: uma intervenção Manuelina*. 2 Vols. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2017. Dissertação de Mestrado; MARTINS, Diana – “Materiais para o Paço da Alcáçova: A intervenção régia num Paço lisboeta (1507-1513)”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *Abastecer a Cidade na Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2020, pp. 309-326, entre outros), os paços senhoriais (área em que destacamos os trabalhos de Mário Jorge Barroca: BARROCA, Mário Jorge – “Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares”. *Revista de História* 9 (1989), pp. 9-61 [Consultado a 11 de setembro de 2022], disponível em <http://hdl.handle.net/10216/13087>; BARROCA, Mário Jorge – “Torres, Casas-torres ou Casas-fortes: a Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)”. *Revista de História das Ideias* 19 (1997), pp. 39-103; BARROCA, Mário Jorge – “O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Quatrocentista Portuguesa”. In *Barcelos terra condal. Actas do Congresso Histórico e Cultural realizado em Barcelos de 22 a 24 de Outubro de 1998*. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, 1998, pp. 63-90; BARROCA, Mário Jorge – “As Torres Medievais de Amares: Vasconcelos, Dornelas e Castro”. In *Para a História de Amares*. Amares: Município de Amares, 2014, pp. 117-147; BARROCA, Mário Jorge – “O Paço de Giela: um “Palimpsesto” Arquitectónico”. In SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de; BARROCA, Mário Jorge (eds.) – *O Paço de Giela. História de um Monumento*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2015, pp. 133-215) ou a casa corrente e os estaleiros urbanos (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente em Coimbra. Entre os finais da Idade Média e o início da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002, a que se poderão acrescentar numerosos trabalhos de Manuel Silvío Alves Conde e Arnaldo Sousa Melo), para além, obviamente, da arquitetura militar. Quanto ao estudo da construção em contexto monástico, destacam-se, essencialmente, os trabalhos sobre o Mosteiro da Batalha e o Mosteiro dos Jerónimos: GOMES, Saul António – *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*. Coimbra: Instituto de História da Arte – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990; GOMES, Saul António – “Les ouvriers du bâtiment à Batalha”, *Razo, Cahiers du Centre d’Études Médiévales de Nice. L’Artisan dans la Péninsule Ibérique*

Face a esta lacuna na historiografia, procurámos reunir referências a obras de construção e de reconstrução de edifícios, sobretudo monásticos, que se encontram registadas na documentação dos mosteiros cistercienses femininos portugueses, contextualizando-as historicamente e analisando, sempre que possível, o espaço em que se inserem. Nesta articulação do espaço construído com os seus agentes (os que patrocinam a obra, os que a fazem e aqueles que aí habitam), procuraremos alicerçar um conhecimento mais profundo destas comunidades e dos ciclos de vida dos edifícios monásticos.

Uma vez que o espaço de que dispomos se encontra, compreensivelmente, limitado, optámos por agrupar as referências a obras de construção e de reconstrução de edifícios que considerámos mais significativas de uma forma lógica, ora por temáticas, ora por critérios de índole cronológica, servindo esta segmentação temática, ao mesmo tempo, para estruturar todo o texto.

1. Fundação e construção dos mosteiros.

Como é natural, o primeiro conjunto de referências a obras num mosteiro prende-se com a construção inicial dos seus edifícios. Seria, obviamente, uma altura de intensos trabalhos, com o intuito de erguer as dependências monásticas que acomodariam as monjas na sua vida comunitária, no cumprimento da Regra do Patriarca São Bento e de acordo com a normativa cisterciense, aprovada na assembleia de abades reunida, anualmente, no Capítulo Geral de Cister.

A grandeza de tais construções poderia até levar-nos a considerar a existência de fontes abundantes e diversificadas, que documentassem os trabalhos desenvolvidos nos respetivos estaleiros de obras, o que, na verdade, não acontece. Pelo menos, se existiram, não chegaram até nós, ou nós ainda não tomámos delas conhecimento. De facto, até os vestígios materiais destes primeiros tempos são bastante escassos, uma

14 (1993), pp. 33-51; GOMES, Saul António – “Perspectivas Sobre os Mesteirais das Obras da Batalha no Século XV”. *Mare Liberum* 7 (1994), pp. 105-126; GOMES, Saul António – “Um estaleiro medieval de excelência: o Mosteiro da Batalha”. In MATEUS, João Mascarenhas (ed.) – *A História da Construção em Portugal: Alinhamentos e Fundações*. Coimbra: Almedina, 2011, pp. 49-78; GOMES, Saul António – “Les bâtisseurs du chantier gothique du Monastère de Bataille (Portugal)”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: os Construtores*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 173-190; REDOL, Pedro – *O Mosteiro da Batalha e o vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI*. Batalha: Câmara Municipal da Batalha, 2003; MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “L’organisation d’un chantier de construction exceptionnel: le Monastère des Jerónimos à Lisbonne, au début du XVI^e siècle”. In *Deuxième Congrès Francophone d’Histoire de la Construction*. Lyon, 2015. Paris: Picard, 2015, pp. 725-732; MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Late-medieval construction site management at the Monastery of Jerónimos in Lisbon”. In *Construction History. International Journal of the Construction History Society* 30/1 (2015), pp. 23-37. Acrescente-se, ainda, a tese de doutoramento de PEREIRA, António Manuel Portela de Sá – *A construção monástico-conventual no Noroeste da Península Ibérica: uma abordagem multidisciplinar da História da Construção desde a época medieval até à atualidade*. 2 Vols. Braga: Universidade do Minho, 2020, que incide, particularmente, no Mosteiro de São Salvador de Vilar de Frades.

vez que tais edifícios acabaram, quase sempre, por ser, mais tarde, substituídos por outros, mais modernos, mais de acordo com a grandeza entretanto adquirida por aquelas casas monásticas e mais ajustados às correntes artísticas da época em que foram reconstruídos⁹.

1.1 *Santa Maria de Celas (Coimbra).*

Do primitivo edifício monástico de Celas, em Coimbra, mantém-se o formato da igreja das primeiras enceladas, de planta centrada circular, como bem afirmaram Paulo Varela Gomes e Walter Rossa¹⁰ e como demonstrámos na nossa tese de doutoramento¹¹ (discutindo ainda os autores sobre se as fundações da igreja quinhentista correspondem ou não às da igreja do século XIII, o que só se poderia comprovar por intermédio de escavações arqueológicas). Também medieval, mas seguramente posterior, é o seu claustro, em que ainda hoje se pode admirar um magnífico conjunto de capitéis figurativos ou historiados, único no contexto português, que mereceu, ainda há não muito tempo, a atenção de Carla Varela Fernandes¹². Como se sabe, Maria do Rosário Barbosa Morujão publicou toda a documentação do Mosteiro de Celas, desde a sua origem até 1434¹³, e nela, infelizmente, nada (ou quase nada) se diz sobre o claustro ou sobre outras dependências monásticas deste mosteiro cisterciense, nem tão-pouco sobre a sua construção.

Na verdade, a informação mais interessante encontrada na documentação de Celas é sobre a configuração da capela (ou oratório) de Santa Maria de Celas e encontra-se num diploma de que se desconhece o ano, mas que será, muito provavelmente, datado de 28 de março [de 1222]¹⁴, ou seja, muito anterior à sua incorporação na Ordem de Cister, solicitada apenas em 1227¹⁵. Trata-se de uma carta

⁹ Para além, obviamente, do facto de algumas dessas estruturas primitivas poderem ter sido construídas em madeira, como se atesta para Inglaterra (COPPACK, Glyn – “‘According to the Form of the Order’: The Earliest Cistercian Buildings in England and their Context”. In KINDER, Terry Nancy (coord.) – *Perspectives for an Architecture of Solitude. Essays on Cistercian, Art and Architecture in Honour of Peter Fergusson*. Turnhout: Brepols, 2004, pp. 35-45).

¹⁰ GOMES, Paulo Varela; ROSSA, Walter – “A rotunda de Santa Maria de Celas: um caso tipológico singular”. In *Arte e Arquitectura das Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII (Colóquio, 23-27 Novembro de 1994, Mosteiro de Alcobça)*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 197-223.

¹¹ RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo...*, vol. 1, pp. 65-79.

¹² FERNANDES, Carla Varela – *Santos, Heróis e Monstros. O Claustro da abadia de Santa Maria de Celas*. Lisboa: Edições Colibri, 2019.

¹³ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (século XIII a XV)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 169-654.

¹⁴ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino...*, doc. 68, p. 229.

¹⁵ CANIVEZ, Joseph-Marie – *Statuta Capitulum Ordinis Cisterciensis*. II: *Ab anno 1221 ad annum 1261*. Louvain: Revue d'Histoire Ecclésiastique, 1934, p. 62, n.º 33: “De Sancto Johanne de Tauracha et de Alcobatia abbatibus committitur de abbatia monialium construenda a filia regis Portugaliae, qui faciant inde quod viderint faciendum et sequenti anno Capitulo generali studeant renuntiare”.

do arcebispo de Braga, D. Estêvão Soares da Silva, dirigida ao bispo de Coimbra D. Pedro Soares, a partir da qual se depreende a construção de um oratório à volta do qual a Infanta D. Sancha (filha de D. Sancho I) pretendia edificar diversas *celas* (ou *cellulas*, como se diz no documento), que lhe deveriam ser contíguas, para em cada uma delas se recolher uma *conversa* que isoladamente serviria o Senhor:

“Illustris regina domna S[ancia] que per Dei gratiam semper in lege Domini meditatur nobis humiliter intimavit quod in civitatis vestre subburbio circa locum qui Porta Solis dicitur oratorium quoddam pro anime sue remedio construit ubi diversas cellulas vult construere in quarum qualibet conversa una recludi valerit et Domine solitarie famulari sed quia ipse cellule eidem oratorio debent esse contigue et postmodum oratorium non posset commode circuiiri cum debuint consecrari petiit a nobis ut ante construccionem cellularum ipsum oratorium consecratur et quod daremos dictis dominabus licentiam ibidem divina officia audiendi. Nos autem cum laudabili facto grato concorrentes assensu ob gratiam illustrissime regine domne Tarasie et ipsi regine domne S[ancia] presentibus indulgemus quatinus januis clausis non pulsatis campanis exclusis excommunicatis et interdictis submissa voce ibi divina officia audire valeant domine supradicte. Indulgentes fraternitati vestre ut vos antequam ibidem cellule construantur cum quatuor tantum clericis clausis januis non pulsatis campanis absque tumultu et submissa voce dictum oratorium consecratis”¹⁶.

O modelo descrito copiaria, seguramente, o que já existia numa primeira comunidade de enceladas documentada em Alenquer, também associadas àquela Infanta, dispondo-se as *celas* ao redor de um templo, com invocação Mariana, de planta centrada circular, como dissemos atrás¹⁷. Esta primeira forma de vida justifica, assim, a adoção de um modelo construtivo tão raro no contexto português. Alguns anos mais tarde, quando estas mulheres acabaram por ser admitidas na Ordem de

¹⁶ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino...*, doc. 68.

¹⁷ A existência, em Alenquer, de uma igreja circular, de invocação Mariana, associada a umas enceladas, encontra-se há muito comprovada, conservando-se, ainda, vestígios materiais *in loco*. Frei Bernardo d’Assumpção, escrevendo entre 1648 e 1654, já havia registado a similitude das duas igrejas: “[...] no qual sitio [na vila de Alenquer] esta ainda oje huã capella da feitura da deste conuento [de Celas de Coimbra], & se chama S.^{ta} Maria a redonda” (ASSUMPÇÃO, Fr. Bernardo d’ – *Mosteiro de Celas. Index da fazenda*. Manuscrito publicado por J. M. Teixeira de Carvalho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 29). Esta referência confirma, aliás, outros indícios que se registam na documentação medieval, nomeadamente uma bula de Honório III, datada de 25 de maio de 1224, que menciona as *sorores* do Mosteiro de Santa Maria *Rotunde* de Alenquer (MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino...*, doc. 50). Para os vestígios materiais, veja-se MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; OLÁIA, Inês Sofia Lourenço – “O Mosteiro de Celas, Alenquer e Santa Maria da Rotunda”. In CARREIRAS, José Albuquerque; MADURO, António Valério; RASQUILHO, Rui (coord.) – *Cister. Tomo II – História*. Alcobça: Associação dos Amigos do Mosteiro de Alcobça – Hora de Ler, 2019, pp. 227-243.

Cister, entre 1227 e 1232, este oratório foi integrado no edifício monástico que, entretanto, foi construído para responder às necessidades da vida comunitária cisterciense, constituindo, por isso, um caso único entre as casas cistercienses, que, durante muito tempo, suscitou uma enorme estranheza aos historiadores da arte.

Assim, este documento não só confirma, em definitivo, a tese da existência de uma rotunda medieval em Celas, defendida por Paulo Varela Gomes e Walter Rossa¹⁸, ainda que, mais tarde, rebatida por Francisco Teixeira¹⁹, como resolve o grande problema que antes se colocava, e que se prendia, afinal, com a dificuldade sentida para justificar uma opção planimétrica estranha a qualquer tradição construtiva cisterciense. De facto, não se compreendia que, para um mosteiro cisterciense, fosse ele feminino ou masculino, se adotasse tal modelo, ainda que se admitisse que este resultava da imitação da igreja *redonda* de Alenquer. A questão é que a rotunda não foi construída para monjas da Ordem de Cister, nem para integrar um complexo monástico cisterciense. Percebe-se, agora, que a primeira igreja que existiu em Celas, ou seja, a rotunda medieval, foi edificada em 1222 (e consagrada em 13 de janeiro de 1223²⁰) para servir uma comunidade de reclusas (à semelhança da que existia em Alenquer) e que, por isso, aquilo que foi considerado *invulgar para uma igreja cisterciense* era, na verdade, um modelo perfeitamente adequado ao seu propósito inicial. E, assim, o que parecia estranho faz, por fim, todo o sentido.

O que não deixa de ser igualmente interessante é a apropriação destes elementos primordiais (a sua designação – Santa Maria de Celas – e a rotunda original das primeiras enceladas) para formar a identidade da referida casa religiosa (que entretanto foi sujeita à Ordem de Cister) e a sua perpetuação ao longo dos séculos pelas novas gerações de monjas cistercienses.

Destacamos, ainda, um outro documento, de 1351, pelo qual se sabe que as monjas de Celas tinham uma pedreira em Montes Claros, junto a Coimbra²¹, de onde poderá ter saído alguma pedra usada na construção do mosteiro, tendo em conta a

¹⁸ GOMES, Paulo Varela; ROSSA, Walter – “A rotunda de Santa Maria de Celas...”, pp. 197-223.

¹⁹ TEIXEIRA, Francisco – *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV*. Faro: Universidade do Algarve, 2007. Tese de Doutoramento.

²⁰ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino...*, doc. 40.

²¹ Coimbra, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, *Coleção de Pergaminhos Avulsos*, n.º 11, de 25 de dezembro de 1351. Trata-se de um interessante diploma pelo qual a abadessa D. Constança Regadas (1350-1371) e o convento do Mosteiro de Celas autorizaram o concelho de Coimbra a tirar da pedreira que elas tinham em Montes Claros, junto a Coimbra, toda a pedra necessária para as obras do concelho. Faziam-no em cumprimento de um compromisso assumido pela anterior abadessa, D. Domingas [Esteves], em 7 de agosto de 1348, e em troca da quitação das custas de uma demanda que perderam para o concelho de Coimbra, na corte régia, acerca da jurisdição criminal da aldeia de Eiras (que era senhorio do mosteiro), no valor de 140 libras, e, sobretudo, da pena (de 200 libras) em que incorreram por não terem saldado uma dívida de 70 libras dentro do prazo acordado (25 de dezembro de 1348). Este diploma foi citado por CONCEIÇÃO, Rúben Filipe Teixeira da – “O papel das instituições concelhias na gestão quotidiana da rede viária em Portugal na Baixa Idade Média”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *A vida quotidiana da cidade na Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2022, p. 378, a quem agradecemos o facto de no-lo ter amavelmente disponibilizado.

sua proximidade, que facilitava o transporte, diminuindo, assim, significativamente, os custos da referida empresa. Tratava-se, seguramente, de dolomia amarela de Coimbra, uma pedra carbonatada, “extraída dentro da cidade e nos seus arredores”, “muito heterogénea, difícil de trabalhar”, e que era usada, sobretudo, “na construção extensiva de panos de parede, ainda que não seja raro o seu uso em peças decoradas”²².

1.2 São Bento de Cástris (Évora).

A comunidade de Cástris, situada junto a Évora, terá nascido, provavelmente, em torno de uma ermida em honra de São Bento, à volta da qual se instalaram algumas mulheres religiosas²³. Sendo admitida na Ordem de Cister, em 1274, por decisão dos respetivos abades reunidos no Capítulo Geral²⁴, sabemos que, aquando da taxaço de 1320/1321, existia ou estava em construção o novo mosteiro das donas de Cástris (“monasterium novum domnarum de Castes cisterciensis Ordinis”), o qual, nessa altura, foi taxado em apenas 15 libras, contrastando com as 1000 de Celas, as 1100 de Almoester, as 2000 de Odivelas, as 5000 de Lorvão ou as 9000 de Arouca²⁵, também cistercienses. Tal taxaço evidencia a parca capacidade económica desta fundação, uma vez que as suas rendas, nessa data, mal podiam garantir o sustento de uma reduzida comunidade conventual. A verdade é que a existência continuada de uma comunidade conventual também só se documenta a partir de 1341²⁶ e a pobreza que se infere a partir da referida taxaço ajuda a compreender as limitações do edifício monástico ainda no segundo terço do século XIV.

Sabe-se, pois, que, estando as monjas já instaladas em Cástris há mais de vinte anos, Pêro Esteves Gavião, que em 1361 fora juiz do cível na cidade de Évora, lhes deixou bens no seu testamento (datado de 1363), mandando que lhes fizessem um

²² RODRIGUES, José Delgado – “As pedras de Coimbra. Aspectos relativos à sua degradação e conservação”. Texto da comunicação apresentada na Conferência Internacional *A imagem dos centros históricos – bases para a sua salvaguarda*. Coimbra, 21-23 de setembro de 2005 [Consultado a 12 de dezembro de 2022]. Disponível em https://www.academia.edu/34029616/As_pedras_de_Coimbra_Aspectos_relativos_à_sua_degradação_e_conservação. Sobre as pedreiras existentes no concelho de Coimbra, veja-se DUARTE, João António Marques – *Inventariação e modelação de pedreiras de dolomias no concelho de Coimbra. Utilização de dolomias no património histórico e arquitetónico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2018. Tese de Doutoramento.

²³ É esta a origem, ainda que lendária, que lhe é atribuída por Frei Bernardo de Brito, na *Primeyra parte da Chronica de Cister: onde se contam as cousas principais desta religião com muytas antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros muytos da christandade*. Lisboa: Pedro Craesbeek, 1602, fl. 365-365v, integrada, porém, numa narrativa profundamente anacrónica e imprecisa.

²⁴ CANIVEZ, Joseph-Marie – *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis*. III: *Ab anno 1262 ad annum 1400*. Louvain: Revue d'Histoire Ecclésiastique, 1935, p. 136, n.º 51.

²⁵ BOISSELLIER, Stéphane – *La Construction Administrative d'un Royaume. Registres de Bénéfices Ecclésiastiques Portugais (XIII-XIV^e Siècles)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2012, pp. 174, 180, 186 e 189, sendo esta edição preferível à tradicional versão, editada em ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres. Vol. 4. Porto: Portucalense Editora, 1971, Apêndice XVII, pp. 117, 123, 127, 131 e 134.

²⁶ RÉPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo...*, vol. 1, pp. 102-105.

alpendre desde o dormitório até à porta do convento, por onde entravam para a igreja, e que lhes fizessem um portal na direção da sacristia e do coro, para que elas pudessem ir às matinas e às horas sem apanharem chuva; determinou ainda que fizessem tudo isto em bom lavor, bons esteios, boas colunas, bases e capitéis de pedra daí da comarca:

“Item mando aas donas do moesteijro de ssam beento de castes que lhe ffaçam huum allpender des o panell do dormjtorio ata a porta do convento per hu Emtrram haa Jgreia de guissa que possam Emtrrar as donas do dormjtorio peraa higreja / outrrossy que lhe ffaçam huum portall Em derreito da ssancrestya e do coro de guissa que possam hijr aas matynas e aas oras e nom choyva per ellas E outrrossy que possam Entrrar ao convento e ffaçam-lhe boo lavor e boos Esteeos e boas calunas [sic] e beses e capijtees de pedra dhi da comarca e ffaçam de guissa que sseja o lavar [sic] onrrado. E esto se ffaça do aver de consum por as nossas allmas e daquelles que ssomos theudos”²⁷.

Trata-se, assim, de um legado testamentário destinado à execução de obras no Mosteiro de São Bento de Cástris, atendendo às difíceis condições de vida das suas religiosas, que resultavam das insuficiências do complexo monástico. Concretamente, a inexistência de um espaço alpendrado, no claustro, que permitisse às monjas circular entre as várias dependências monásticas abrigadas da chuva. Ordena-se, neste caso, a construção de um alpendre, que correspondia apenas a uma ala do claustro e que deveria ligar o dormitório à igreja.

Note-se, a este propósito, que, no caso de Celas de Coimbra, as primeiras referências escritas a um espaço que pode ser entendido como um claustro encontram-se em documentos de 1346 e 1381 e consistem, precisamente, num “alpendre da par da ffonte” ou num “alpendre dante o chafariz”, “onde eram tratados assuntos notariais e onde as monjas se reuniam em cabido”²⁸.

Voltando, novamente, ao testamento do juiz de Évora, este tem ainda a interessante particularidade de nos mostrar a precariedade de algumas partes dos complexos monásticos, que poderiam tardar a ser construídas ou que, sendo

²⁷ Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Colecção de Pergaminhos*, Pasta 2 (Pergaminhos de São Francisco), n.º 37 (documento de 3 de setembro de 1459, passado em Évora, nos paços do concelho, perante Álvaro Falcão, cavaleiro, juiz ordinário nessa cidade, em que se copiam algumas cláusulas do testamento, dizendo-se que este era datado de 31 de março de 1363); em documento de 24 de dezembro de 1362, registam-se outras cláusulas testamentárias de Pêro Esteves Gavião, outorgadas pela sua esposa, Constança Martins, a favor do Mosteiro de São Francisco de Évora, onde os seus pais estavam sepultados (Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Colecção de Pergaminhos*, Pasta 11, n.º 32); veja-se, ainda, Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, L.º 39, n.º 10b, de 28 de abril de 1361, para a data em que Pêro Esteves Gavião se encontra documentado como juiz do cível de Évora.

²⁸ FERNANDES, Carla Varela – *Santos, Heróis e Monstros...*, p. 23; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino...*, pp. 33-34 (e docs. 197 e 238a, nos quais se refere o alpendre).

iniciadas, se poderiam manter inacabadas durante décadas²⁹, como María del Carmen Muñoz Párraga havia notado para os mosteiros de monjas cistercienses em Espanha: “La falta de medios hace que la idea primitiva, en la mayoría de las ocasiones, no se llegue a realizar del todo. De esta manera, un monasterio de una comunidad femenina podía tener, al finalizar el siglo XIV, construidas parte del templo y parte de las dependencias claustrales. Con el cambio de siglo, o en siglos posteriores, ese concepto que se tenía de las estancias del claustro varía y, entonces, se hace de acuerdo a nuevos criterios”³⁰. Esta autora especifica, precisamente, o caso dos claustros, afirmando que as duas primeiras alas que se construíam eram a da sala do capítulo e a adjacente à igreja, e que, “a veces, pasaban bastantes años hasta que se concluían las dos restantes”³¹.

As instruções contidas neste testamento demonstram, ainda, a inexistência de um dormitório alto e de uma ligação interna ao coro, direta, através de umas escadas ou de um corredor, uma vez que as monjas faziam esse percurso saindo dos edifícios, ficando, por isso, expostas à chuva.

1.3 Santa Maria de Almoester (fg., c. Santarém).

Para Santa Maria de Almoester, as referências não são tão generosas. Sabemos, ainda assim, que a primeira pedra, em que estava esculpido o sinal da cruz, foi lançada em 1289, pelo abade de Alcobaça, que benzeu o sítio em que o mosteiro foi construído³².

²⁹ Trata-se, pois, de um exemplo do que Arnaldo Sousa Melo já havia teorizado para os edifícios monásticos: “com frequência a construção era realizada em diversos momentos ao longo do tempo, por vezes ficando inacabada”, facto que o autor justifica com a falta dos “recursos necessários para a construção dos edifícios”, “o que explica que as instalações fossem com frequência provisórias numa primeira fase – que se podia prolongar muito tempo – e que o ritmo construtivo pudesse ser lento, por vezes nunca se concluindo na totalidade” (MELO, Arnaldo Sousa – “O processo construtivo dos edifícios cistercienses...”, p. 164). Manuel Luís Real menciona os mosteiros cistercienses em que “nunca se conseguiu concluir o projecto inicial”: “Santa Maria da Estrela, extinto em 1579, [...] Santa Maria de Ermelo e Pitões das Júnias, onde se evoluiu para soluções menos articuladas” (REAL, Manuel Luís – “A Organização do Espaço Monástico entre os Cistercienses...”, p. 93). Lembremos, ainda, que Frei Claude de Bronseval, a propósito da visita que D. Edme de Saulieu empreendeu ao Mosteiro de Maceira Dão, em 17 de dezembro de 1532, disse que não existia aí refeitório nem cozinha regular (“In eodem monasterio nullum est refectorium, nec regularis coquina”), o que atribuiu ao facto de o mosteiro ser pequeno e mal construído (“parvum et male constructum”), invocando, igualmente, a muita pobreza que aí havia (“Ibidem paupertas multa”), o que se ajustava bem ao espírito cisterciense, e terá levado o visitante a permanecer no local durante três dias (“Ibidem dominus mansit tribus diebus paupertate gaudens”) (BRONSEVAL, Frei Claude de – *Peregrinatio Hispanica, Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Introdução, tradução e notas de D. Maur Cocheril. Tomo II. Paris: Presses Universitaires de France, 1970, pp. 512-513).

³⁰ MUÑOZ PÁRRAGA, María del Carmen – *Monasterios de monjas cistercienses*. Madrid: Historia 16, 1992, pp. 8-10.

³¹ MUÑOZ PÁRRAGA, María del Carmen – *Monasterios de monjas...*, p. 12.

³² BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*. Lisboa: Oficina de Paulo Craesbeeck, 1650 [Nova edição com introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976], fl. 150v: “tanto que Dona Berengueira teue a licença, mandou chamar o Abade de Alcobaça D. Domingos para lançar a primeira pedra no edificio, & benzer o sitio do Mosteiro, como fez com muita solemnidade: *Chegando então este dito Abade ao lugar sobredito*

Ter-se-ão, então, iniciado as obras. Desta primeira fase construtiva, para além do património edificado, ainda se conserva o primitivo sino da igreja conventual, o qual apresenta gravada a data de 1292³³. No ano seguinte, Berengária Aires de Gosende, a fundadora, em protesto contra os entraves criados pelo bispo de Lisboa, D. Domingos Anes Jardo, referia que as obras de construção do seu mosteiro já se haviam iniciado³⁴. Ultrapassada esta questão, com a morte do referido bispo, em 16 de dezembro de 1293³⁵, e a eleição de João Martins de Soalhães, em 1294³⁶, bem mais favorável às pretensões de D. Berengária, as obras terão avançado, mas as primeiras religiosas (que fizeram o noviciados no Mosteiro de Celas, em Coimbra) só se documentam em Almoester em 1301, como já anteriormente demonstrámos³⁷.

No entanto, no que respeita a obras, o documento mais interessante que se conservou no cartório do Mosteiro de Almoester é referente à empreitada contratada por Berengária Aires para o seu paço. Não sendo inédito, não se justifica que nos alonguemos demasiado na sua análise. Diga-se apenas que se trata de um contrato, datado de 1305, que esta senhora estabeleceu com um judeu, carpinteiro de Santarém, chamado Abraão, para ele e os seus filhos sobradarem e madeirarem o paço de Berengária Aires, em Almoester, à semelhança do trabalho de carpintaria que fora realizado no paço régio de Frielas³⁸. Por este trabalho, e à medida que ele

(saõ palauras daquelle instrumento) & benzendo o mesmo lugar por autoridade das letras Apostolicas, pos por suas mãos a primeira pedra, em que estaua o sinal da Cruz esculpido”. Para uma visão mais completa do processo de fundação do Mosteiro de Almoester, veja-se RÊPAS, Luís Miguel – “A fundação do Mosteiro de Almoester: revisão de um problema cronológico”. In *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Coord. Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos. Vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 795-804 e RÊPAS, Luís Miguel – “A fundação do Mosteiro de Almoester: novos documentos para uma velha questão”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 103-122, ou, por ambos, RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo...*, vol. 1, pp. 105-113.

³³ O referido sino, mandado fazer por D. Berengária Aires de Gosende, apresenta quatro gravações do seu selo, que se situam “na parte superior do sino, junto do sistema de suspensão” (BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II, tomo I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, n.º 421, pp. 1080-1087 (e, no vol. III, a estampa CXXVI, n.º 1 a 3); veja-se, também, a análise do sino, das suas inscrições e dos elementos heráldicos aí gravados feita por TEIXEIRA, Francisco – *O mosteiro de Santa Maria de Almoester*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 1992, pp. 110-113).

³⁴ Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, mc. 10, n.º 47, de 15 de maio de 1293: “Monasterio in loco meo de Almoester, quod construere jam incepti et intendo perficerer in meum”.

³⁵ VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Domingos Anes Jardo (1289-1293)”. In FONTES, João Luís Inglês (dir.); ANDRADE, Maria Filomena; GOUVEIA, António Camões; FARELO, Mário (coords.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte – Centro de Estudos de História Religiosa, 2018, p. 232.

³⁶ Foi eleito em 23 de Janeiro de 1294 e confirmado na sua nova dignidade pelo arcebispo e pelo cabido de Compostela em 13 de Março de 1294 (FARELO, Mário – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*. Vol. II. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2003, pp. 24 e 33. Dissertação de Mestrado).

³⁷ Vejam-se os nossos trabalhos, citados na nota 32.

³⁸ Sobre o paço de Frielas, veja-se, com proveito, o recente estudo de PACHECO, Milton Pedro Dias – “Nos territórios do rei. A moradia real de D. Dinis no termo de Lisboa: o Paço de Frielas”. In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Os Territórios da Lisboa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2022, pp. 139-186 [Consultado a 12 de dezembro de 2022]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/146072>

fosse avançando (“assi como o el ffor merecendo”), Berengária Aires pagaria 70 libras, em moeda, dois quarteiros de trigo e dezasseis côvados de *arrás* (“ARayz”) ou de *valencina*³⁹. Suportaria também as despesas com o serrador e a pregadura. Caso Abraão entretanto falecesse, os seus dois filhos deveriam terminar a obra. Destacamos, ainda, o facto de no contrato se prever o recurso a outros mesteiros qualificados, para verificar ou inspecionar a qualidade do trabalho realizado, antes de Abraão assentar a madeira: “E a dicta Dona Beringueyra a de mandar veer e catar o dicto Lavor ante que seia coberto per meesteyraes que o lavor entendam e se y algũa ren ouver de correger no serviço da carpentaria eu dicto Abraam o devo aacorreger”⁴⁰.

Quanto à construção dos edifícios monásticos de Almoester, de acordo com Frei Francisco Brandão, as obras arrastaram-se durante mais de uma década e só foram concluídas (já depois da morte de Berengária Aires, ocorrida em 1310) por intervenção da rainha Isabel de Aragão, que tomou o mosteiro a seu cargo e mandou fazer, a expensas próprias, o claustro, a enfermaria e outras casas e obras⁴¹.

Francisco Teixeira concorda com a grande morosidade das obras, dizendo que “é pouco crível que todas as instalações monásticas já estivessem concluídas à data

³⁹ Panos importados de Arras e Valenciennes, respetivamente; o côvado, segundo Maria Helena da Cruz Coelho, equivalia a 3,5 palmos ou 70 cm (MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos de vida quotidiana*. 5.ª edição. Lisboa: Sá da Costa, 1987, p. 58; COELHO, Maria Helena da Cruz – *Ócio e Negócio em Tempos Medievais*. Coimbra: Inatel, 1998, pp. 198 e 202). Joaquim Viterbo diz que *arraiz* é um “pano, peça, ou corte bordado, ou tecido com labores, de que antigamente se usava [...], assim nos leitos como nos vestidos. Nas casacas dos homens e mulheres ricas (a que chamavam *sayos* ou *sayas*) era mui frequente o *arraiz*, principalmente nas dianteiras, barras e carcelas”. O mesmo autor esclarece que a fama destes panos bordados remontava à Antiguidade, sendo produzidos na cidade de Atrébat, na Flandres, que depois se passou a chamar Arras (e que, atualmente, pertence à França), dando, assim, origem à designação dada aos panos aí produzidos (VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. Ed. crítica de Mário Fiúza. 3.ª edição, vol. I. Porto: Livraria Civilização – Editora, 1965, pp. 577-578). Valenciennes é uma cidade que, atualmente, também se situa no norte da França e que fica a cerca de 60 km de Arras.

⁴⁰ Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, mc. 2, doc. 44, de 2 de novembro de 1305 (Santarém). Para além de ser usado no trabalho citado na nota anterior, foi ainda referido por VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*. Vol. II, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992, p. 681 [Tese de Doutoramento] e VARANDAS, José Manuel Henriques – *Monacato feminino e domínio rural. O património do mosteiro de Santa Maria de Almoester no séc. XIV*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994, pp. 32 e 205 (datando-o, por lapso, de dia 3) [Provas de Capacidade Científica e Aptidão Pedagógica], e parcialmente publicado por VITERBO, Francisco Marques de Sousa – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, pp. 479-480, e de novo por BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, vol. II, tomo 2, pp. 1368-1369.

⁴¹ BRANDÃO, Fr. Francisco – *Monarquia Lusitana. Sexta parte*. Lisboa: Oficina de João da Costa, 1672 [Nova edição com introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980], fl. 509. Frei António Brandão diz que “Dona Beringueira Aires” foi “Dama da Raynha santa Izabel” (BRANDÃO, Frei António – *Monarquia Lusitana: Parte Quarta*. Lisboa: Imprensa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, 1632 [Nova edição com introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974], fl. 178), o que poderia justificar esta sua ligação ao mosteiro de Almoester e à sua fundadora.

da instalação das primeiras monjas” (c. 1301)⁴², e sugere que o claustro tenha sido erguido em uma ou mais campanhas de obras⁴³, já com a comunidade conventual aí instalada.

1.4 São Dinis de Odivelas.

Por fim, por se tratar de uma fundação régia, já muito se disse sobre a construção do mosteiro de Odivelas, ainda que as referências a obras na documentação sejam quase inexistentes. Por uma questão de espaço, não nos demoraremos nesta questão. Mencionamos apenas que D. Dinis, nas duas primeiras doações que lhe dirige, em 23 de março de 1295, diz que as monjas ficavam instaladas na câmara de morada que ele tinha em Odivelas (“fundamos e fazemos de novo mosteyro en a nossa camara de morada que nos avemos en termho da nossa cidade de Lixbõa en logo que é chamado Odivelas”⁴⁴) e Frei Francisco Brandão sugere que as religiosas tenham ficado a viver “naquele pequeno enserramêto”, nas casas que o rei aí tinha, servindo-se de algum oratório provisório, enquanto decorriam as obras na igreja:

“Deuia elRey de agasalhar a Abbadessa, & Religiosas nas casas que ali tinha, que ainda oje permanecem no canto do Mosteiro, que cae para Val de flores, & tem as armas Reaes, & com algum oratorio levantado, por entretanto que a Igreja se fazia, continuarão as Religiosas sua obrigação naquele pequeno enserramêto como he costume em qualquer Mosteiro que de nouo se principia”⁴⁵.

Segundo Ruy de Pina, a construção do mosteiro terá demorado dez anos⁴⁶, afirmação que poderá não passar de uma conjectura, uma vez que, pelo menos até 1314, encontramos vários pedreiros e serradores a testemunhar documentos do cenóbio, o que indicia que as obras ainda aí perduravam por essa altura⁴⁷.

⁴² TEIXEIRA, Francisco – *O Mosteiro...*, p. 136 (vejam-se, ainda, as pp. 139-140 e 147-148).

⁴³ TEIXEIRA, Francisco – “O Mosteiro de Santa Maria de Almoester: construção e siglas de pedreiros”. In *Actas. Cister. Espaços, Territórios, Paisagens (Colóquio Internacional, 16-20 Junho 1998, Mosteiro de Alcobaça)*. Vol. II. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), 2000, pp. 545-550.

⁴⁴ *Chancelaria de D. Dinis – Livro II*. Ed. Rosa Marreiros. Coimbra: CHSC/Palimage, 2012, docs. 370 e 371.

⁴⁵ BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*, p. 224.

⁴⁶ PINA, Ruy de – *Crónica de D. Dinis, segundo o códice inédito n.º 891 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, seguida da versão actualizada Ferreiriana de 1726*. Porto: Livraria Civilização-Editora, 1945, Cap. XXXII. Esta informação foi aceite por FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de – *O Mosteiro de Odivellas: casos de reis e memorias de freiras*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1889, p. 21 (ainda que na p. 153 tenha voltado ao assunto, afirmando “Temos pois que pelos annos de 1305 estava concluida a obra; o que, se não quer dizer precisamente que a fabrica estava feita em todas as suas partes, pelo menos deve referir-se ao principal, quero dizer, aos dormitorios, e mais aposentos, ás indispensaveis oficinas, e sobretudo ao templo que não podia ser preterido por outras construções”), e depois seguida pelos vários autores que se referiram a este mosteiro.

⁴⁷ Domingos António, pedreiro, e Diogo, serrador, testemunharam um documento de 20 de setembro de 1309 e o mesmo Domingos António, juntamente com Afonso Peres, Francisco Martins, João de Évoramonte e João Anes, criado de Pedro Martins, também eles pedreiros, testemunharam um documento de 19 de junho

Diga-se, a terminar, que, como se sabe, D. Dinis impôs às monjas de Odivelas uns estatutos que, no essencial, incidiam sobre o cumprimento rigoroso da clausura monástica⁴⁸. Por estes estatutos, ficavam as religiosas proibidas de sair do mosteiro e a entrada no espaço da clausura ficava limitada a um reduzido conjunto de pessoas, com severas restrições, inclusivamente para os visitantes da Ordem, para os confessores das monjas e para os prelados e demais clérigos. No entanto, entre as exceções salvaguardava-se a possibilidade dos carpinteiros e dos pedreiros aí entrarem, quando fosse necessário, em situações específicas e, obviamente, com as devidas restrições. Por exemplo, “os carpinteiros e [os] obreiros”, quando fossem “reparar e fazer as cassas, edefícios, [e] ortas”, deviam estar permanentemente acompanhados no mínimo por um monge ou por um frade converso⁴⁹.

Não encerraremos esta passagem por Odivelas sem abordar a integração do túmulo de D. Dinis no espaço da igreja monástica. Quando o monarca fundou o mosteiro, em 27 de fevereiro de 1295, e mesmo nos anos que se seguem, nada indicia que o monarca viria a eleger sepultura nesta casa religiosa. No seu primeiro testamento, de 1299, D. Dinis manifestou a vontade de ser sepultado no Mosteiro de Alcobaça, juntamente com a sua esposa, Isabel de Aragão, “na ousia do altar mayor de Sancta Maria”⁵⁰. Em 1314, a rainha D. Isabel, no seu primeiro testamento, ainda confirma esta intenção do casal régio, devendo o seu túmulo ficar na igreja de Alcobaça, “a so os degraos dante o altar maior [...] hu se el-rey manda soterrar”⁵¹. Isto significa que D. Dinis terá tomado a decisão de se fazer inumar na igreja do Mosteiro de Odivelas em data posterior a 19 de abril de 1314, talvez na sequência da peregrinação que fez a Santiago de Compostela, em fevereiro de 1318⁵². Certo é

de 1311 (Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de São Dinis de Odivelas*, L.º 11, fls. 1 e 2). Domingos Peres, dito Bispo, pedreiro, havia ainda de testemunhar uma carta de 1314 (Lisboa, Torre do Tombo, *Colegiada de Sta. Maria do Castelo de Torres Vedras*, mç. 27, n.º 13). Giulia Rossi Vairo também é da opinião de que as obras se terão prolongado por mais de dez anos, pelo menos para a construção dos anexos e das dependências monásticas (ROSSI VAIRO, Giulia – “Isabella d’Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di S. Dinis de Odivelas”. In GONZÁLEZ GARCÍA, Miguel Ángel e CARREIRAS, José Luís Albuquerque (orgs.) – *Actas. IV Congreso Internacional Cister en Portugal y en Galicia. Los Caminos de Santiago y la Vida Monástica Cisterciense*. Tomo II, Braga – Oseira: Ediciones Monte Casino, 2009, p. 851).

⁴⁸ Sobre este assunto, veja-se RÉPAS, Luís Miguel – “Practise and the Periculoso in the Convent of Odivelas (Lisbon): Royal Statutes and Female Enclaustration in Medieval Portugal (c. 1295-1319)”. In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Os Territórios da Lisboa Medieval*, pp. 277-309 [Consultado a 12 de dezembro de 2022]. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1IRa7DQWvmZTXVvKXij_E7tO7w-P_0Ki0/view

⁴⁹ “[...] enquanto se asi fazerem e repararem as cousas sobredictas continuadamente stem anbos os monges ou cada huum delles ou os frades conversos ou cada huum delles com os dictos mestres carpinteiros e obreiros e com elles entrem e saiam” (GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais*. Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas, 2021, doc. 2, pp. 118-124, em latim, e 124-129, em português medieval).

⁵⁰ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas...*, doc. 6, de 8 de abril de 1299, pp. 135-138.

⁵¹ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas...*, doc. 25, de 19 de abril de 1314, pp. 168-171.

⁵² SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *D. Dinis*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p.

que essa questão estava perfeitamente assente a 1 de outubro de 1318, data em que aí instituiu uma capela, assegurada por cinco frades do Mosteiro de Alcobaça, que cantariam e diriam, diariamente, cinco missas, por sua alma, sendo esta a primeira vez que o monarca mencionou o *seu monumento*, que seria colocado na igreja do Mosteiro de Odivelas⁵³.

A cronologia da decisão, não sendo aqui fundamental, é importante para se perceber que o túmulo não estava previsto no plano inicial traçado para a igreja. Pretendia o monarca, obviamente, que o monumento que receberia os seus restos mortais ficasse posicionado num local de destaque. Escolheu, para esse efeito, o espaço que ficava entre o coro e a capela-mor⁵⁴, criando, assim, novas dinâmicas cultuais que envolviam as orações dos cinco capelães já mencionados e, inclusivamente, as das monjas de Odivelas, que passavam a poder ir à igreja para, sobre o sarcófago do rei, fazerem as suas preces e orações pelo monarca (e pelos outros elementos da família real que aí fossem sepultados), tal como D. Dinis lhes havia rogado⁵⁵.

O problema é que a dimensão monumental do túmulo régio devia prejudicar o desenvolvimento da restante performance litúrgica. Desde logo, a capacidade das monjas para, a partir do seu coro, visualizarem, desafogadamente, o altar-mor e o celebrante, como assinala Jorge Cardoso⁵⁶. Lembramos, a este propósito, a preocupação, registada no documento fundacional, com os procedimentos necessários para garantir que as monjas de Odivelas conseguiram contemplar o Corpo de Cristo, no momento da sua elevação, no decorrer da Eucaristia, o que implicava a abertura das portas compactas que fechavam o coro, ficando, nessa altura, separadas da igreja apenas por intermédio de um outro par de portas de grades⁵⁷.

A solução passou por, em data incerta, deslocar o túmulo do monarca para a nave lateral do lado da epístola, onde já se encontrava por meados do século XVI⁵⁸.

⁵³ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas...*, docs. 27 e 28, de 1 de outubro de 1318, pp. 172-179.

⁵⁴ “E mando soterrar meu corpo no meu Moesteyro de San Denis d’Odivelas que eu fundei e fiz e dotey antre o coro e a oussia mayor hu eu mandei fazer sepultura pera mim.” (GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas...*, doc. 36, de 20 de junho de 1322, pp. 189-194).

⁵⁵ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas...*, doc. 35, de 10 de setembro de 1319, pp. 188-189.

⁵⁶ Este autor, sobre o túmulo de D. Dinis, refere tratar-se de um “soberbo mausoleo de pedra, rodeado de grades de ferro, o qual antigamente estaua no meio da Igreja, peloque impedia totalmente, que pudessem as religiosas do choro ver as Missas, & officios diuinos do Altar maior, & por esta causa o passarão a banda da Epistola na mesma confrôtação. Peloque he hoje a primeira cousa, que se offerece à vista aos que entrão na dita Igreja.” (CARDOSO, Jorge – *Agiolégio Lusitano dos Sanctos e Varoens Illustres em Virtude do Reino de Portugal e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Oficina Craesbekiana, 1652, p. 106).

⁵⁷ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas...*, doc. 2, pp. 118-124 (em latim) e 124-129 (em português medieval); veja-se, ainda, RÊPAS, Luís Miguel – “Practise and the *Periculoso* in the Convent of Odivelas...”, p. 293.

⁵⁸ GOMES, Saul António – “D. Dinis e a fundação do Mosteiro de Odivelas”. In GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas...*, pp. 47-48.

2. Ruína dos edifícios monásticos de Cástris, Almofter e Odivelas.

Um período particularmente interessante no que respeita ao estudo dos edifícios monásticos é o que se segue às invasões castelhanas de 1384, no contexto da crise de sucessão. Com a presença dos exércitos partidários a D. Beatriz (e ao rei de Castela, seu esposo), as comunidades conventuais, estabelecidas em zonas rurais ou nos termos das cidades, abandonaram os respetivos edifícios monásticos e alojaram-se em casas localizadas dentro do espaço amuralhado urbano, onde ficaram durante alguns anos, pelo menos nos casos em que a ameaça castelhana mais se fazia sentir⁵⁹.

Esta situação ajudará, seguramente, a explicar as sucessivas referências ao *reparamento*, às *obras* e à necessidade de se *adubar* vários mosteiros, nos finais do século XIV e no início do século XV. É, desde logo, o caso do Mosteiro de São Bento de Cástris, junto a Évora, devido à sua maior exposição a incursões castelhanas junto à fronteira alentejana, o que levou D. João I a entregar-lhe os resíduos dos testamentos de Montemor-o-Novo⁶⁰ e a confirmar-lhe um outro privilégio, para que as monjas pudessem, precisamente, financiar as obras no seu mosteiro⁶¹.

Mas registam-se também referências à ruína dos edifícios nos Mosteiros de Odivelas, Almofter e Chelas, pela mesma altura. Como já assinalámos noutro local, “quanto ao de Odivelas, sabe-se que, em 1403, os seus edifícios (nomeadamente a igreja, o claustro, a sala do capítulo, o dormitório e o refeitório) estavam muito danificados, sendo, por isso, as suas monjas obrigadas a vender algumas propriedades para os reparar, ‘porque o dicto moesteyro era pobre e nom se podia reparar per as rendas que avia’⁶². O mesmo sucedia no Mosteiro de Almofter, onde, em 1404, o claustro já se encontrava arruinado e onde era urgente proceder-se ao ‘Reparamento do dito Moesteyro que estava a ponto de sse vijn a terra’. Para tal, vendeu-se uma herdade no termo de Évora, [...] no valor de 40000 libras, ‘pera Repairamento da clasta do dito

⁵⁹ Esta questão foi já amplamente analisada noutro local: RÊPAS, Luís Miguel – “Os efeitos das guerras e da revolta popular de Évora no quotidiano das monjas de São Bento de Cástris, durante o último quartel do século XIV”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *A vida quotidiana da cidade na Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2022, pp. 475-496.

⁶⁰ Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 140 (de 15 de outubro de 1391); Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, n.º 23 (de 7 de novembro de 1405); Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, n.º 20/2 (de 4 de fevereiro de 1406). Por todos, veja-se RÊPAS, Luís Miguel – “Os efeitos das guerras e da revolta popular de Évora...”, p. 493 (particularmente a nota 66).

⁶¹ Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 89 (de 1 de março de 1397). O contexto deste privilégio foi já abordado noutro local (RÊPAS, Luís Miguel – “Os efeitos das guerras e da revolta popular de Évora...”, pp. 493-494).

⁶² Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de São Dinis de Odivelas*, Tomo 3.º, Maço ou Cód. 46 (cx. 37), n.º 70, de 6 de novembro de 1403 (em cópia de 26 de novembro de 1403).

Moesteiro⁶³, que, então, jazia por terra⁶⁴.

Note-se, porém, que os documentos não registam a execução das obras, mas a necessidade de se fazerem obras, porque alguns edifícios ameaçavam ruína. Ou seja, tais informações surgem documentadas não pelo cuidado de registar a memória de tais obras, mas porque elas implicavam gastos enormes, que não se podiam custear apenas com os rendimentos das suas propriedades, e foi, por isso, necessário proceder à alienação de património imóvel, que carecia das devidas autorizações, sendo essa a documentação conservada. Mais uma vez, é o património (a aquisição, a gestão ou a sua alienação) que está na lógica da produção documental nas instituições religiosas.

Quanto ao Mosteiro de Chelas, também mencionado, não sendo cisterciense, não merecerá aqui uma demorada atenção. Serve, porém, para se perceber que a situação deveria ser, então, transversal ao mundo monástico e que, muito provavelmente, o estudo da documentação de outras casas religiosas, nesta mesma época, poderá trazer mais informações sobre o estado dos seus edifícios e sobre a realização de campanhas de obras para a recuperação ou reconstrução dos mesmos⁶⁵. De facto, pelo que se sabe, também o Mosteiro de Chelas se encontrava em ruínas, em 1403: “o dicto moesteiro estaua todo deuasso e em ponto de se todo uijr a terra”; “o dicto moesteiro estaua em ponto nom lhe acorrendo çedo de sse todo vijr a terra”. Perante esta situação, as suas religiosas encarregaram um mercador de Lisboa de realizar obras no claustro e nos muros e paredes exteriores, no prazo de oito anos, as quais ficaram devidamente especificadas:

“[...] E que outrosi ele dicto Joham da feira faça logo este Verãao o muro que uay des hu mora clara gonçalviz dona do dicto moesteiro ataa o dormjtorio velho todo de pedra e de qual e seer tam alto como a parede do dicto dormjtorio que ora esta feicto e mais dous palmos. Outrosi Repairar o muro que he feicto

⁶³ Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 26, de 28 de março de 1405 (onde se trasladam documentos de 9 de novembro de 1404 e de 10 de dezembro de 1404); encontra-se copiado em Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fls. 47-49, mas com um erro na data (28 de março de 1406). O real correspondia a 3,5 libras.

⁶⁴ RÉPAS, Luís Miguel – “Os efeitos das guerras e da revolta popular de Évora...”, p. 494.

⁶⁵ Na verdade, tal situação nem sequer se limitaria ao mundo monástico. No sínodo diocesano de Braga de 1398 é apontada a destruição de campos, culturas e edifícios no referido arcebispado: “E ora achava o dicto arcebispado moy dapnificado per as gerras que forom e som em estes regnos co’os castellãaos per os quaes era tomada e ocupada hua gram parte do arcebispado na comarca d’Aalém dos Montes, hu o dicto arcebispado avia ha moor parte das suas rendas. E que os paaços da dicta eigreja que som dentro na dicta cidade e as camaras e granjas do dicto arcebispado, assy d’Aalém dos Montes como d’Aaquém eram destroydas e aviam mester grande adubia e nom se podiam reparar sem grandes despesas” (*Synodicon Hispanum*. Vol. II – *Portugal*. Edición crítica dirigida por Antonio Garcia y Garcia. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, p. 60; cit por FERNANDES, Aires Gomes – “No interromper da oração ou o perturbante reflexo da guerra nalguns mosteiros”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (coords.) – *A Guerra e a Sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-espanholas de Estudos Medievais*. Vol. I. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaca – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, p. 319).

de pedra e lodo des honde mora Costanç'affonso ataa o quanto do pumar e auer-lo de cafelar e entulhar todo com qual de dentro e de fora E outrosi fazer o cunhal do dicto pumar que agora esta [fl. 2v] aberto em gissa que digam mesteirãaes que esta bem feicto e seguro de nom quair a parede descontra o pumar ou fazer huum botarel qual diserem mesteiraaes que lhe he mais conpridoiro pera estar firme e em Casso que compra de sse a parede do dicto logo desfazer ata ao alicerçe que o dicto Joham da feira de pera ajuda de sse fazer a dicta parede quanto elle poderia despender no dicto Cunhal ou botarel e em garneçer E que outrosi elle dicto Joham da feira ou pesoas que depos elle vierem faça a claustra do dicto moesteiro toda em Redor Cuberta e feita de laur galego e Cabro e Ripa bem obrado segundo he feita a salla do priol do espital que esta em sam bras da dicta Cidade de gissa que a dicta obra toda asi da dicta quintãa commo do dicto moesteiro seia acabada da data de Santa Catarina ataa oito annos primeiros seguites E nom fazendo elle dicto Joham da feira e pesoas asi como dicto he Conuem saber Reparar a dicta quintãa de totalas cousas sobredictas e fazer logo as paredes do dicto moesteiro susso deuissadas este Verãao e dar acabada a dicta claustra nos dictos oito annos que a dicta prioressa e Convento lhe possam tirar a dicta quintãa e herdades e Rendas e foros com todas sas benfetorias sem chamando-sse elle dicto Joham da feira ou pesoas forçados”⁶⁶.

Viviam-se tempos de crise e não era fácil rentabilizar o património fundiário, pelo que, segundo Maria Filomena Andrade, não tendo as freiras possibilidades económicas para suportar, de imediato, as obras necessárias, optaram por transmitir tal encargo a um rico mercador de Lisboa, garantindo-lhe o pagamento das obras por intermédio de um contrato de locação⁶⁷.

3. Atas das visitasões aos mosteiros.

Um outro conjunto interessante de referências a obras nos edifícios monásticos cistercienses surge registado no contexto das visitasões às respetivas comunidades. Sendo um importante instrumento de controlo criado pela Ordem de Cister para implementar a sua normativa em todos os mosteiros que lhe estavam sujeitos e para se certificar do seu efetivo cumprimento, promovendo, assim, a uniformidade da vida monástica em todas as casas da Ordem, não se estranha que a sua obrigatoriedade se encontre na versão primitiva da *Carta Caritatis*, de 1119. Aí se diz, na lógica

⁶⁶ Lisboa, Torre do Tombo, CRSA, *Mosteiro de Chelas*, caderno A, fls. 2-3v, de 21 de setembro de 1403.

⁶⁷ ANDRADE, Maria Filomena – *O Mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996, p. 47.

cisterciense das relações entre a abadia mãe e as abadias suas filhas, que o abade da abadia mãe (ou outro abade em sua representação) devia visitar (e corrigir) todas as comunidades que lhe estavam filiadas pelo menos uma vez por ano⁶⁸. Concluída a visitação, fazia-se o seu registo em ata, a qual, segundo as Codificações de 1257, deveria ser depois lida na sala do capítulo, pelo abade, duas vezes por ano, para lembrar a comunidade das instruções dadas pelo visitador. Seria ainda apresentada ao visitador seguinte, quando este viesse visitar a casa, para que ele pudesse aferir o cumprimento do que fora anteriormente estabelecido⁶⁹.

Apesar desta obrigatoriedade, da frequência prevista para as visitas e, inclusivamente, da pena aplicada aos abades que as não realizavam (definida nas Codificações de 1237⁷⁰), o número de atas que se conhecem (e que se encontram publicadas) é extremamente reduzido. Para Portugal, a mais antiga remonta a 1484, foi realizada no Mosteiro de Alcobaça e é sobejamente conhecida pelas pormenorizadas e preciosas recomendações que o visitador Pedro Serrano fez sobre a igreja, a sacristia, os órgãos, o claustro, a biblioteca, a sala do capítulo, a capela dos reis, a enfermaria, a botica, o refeitório, a hospedaria e até as latrinas, versando sobre os pavimentos, o mobiliário, a ornamentação de paredes e dos vários altares, os vitrais (e a sua iconografia), as alfaías e os paramentos litúrgicos, bem como sobre a realização de diversas obras estruturais no edifício, em que se acautela, inclusivamente, o sistema de recolha de águas pluviais⁷¹. Para mosteiros femininos, a ata mais antiga que se encontra publicada é de 1492 e diz respeito ao Mosteiro de Cós⁷². Nela se ordena a destruição das câmaras particulares (i.e., das celas individuais), para ajustar a vida comunitária às determinações estatutárias saídas do Capítulo Geral de Cister. Também aqui, ao abordar a clausura, se proíbe a entrada de homens no mosteiro, à exceção daqueles cujos trabalhos não podem ser realizados por mulheres, como os mensageiros, os carpinteiros e outros operários destinados à reparação dos edifícios.

Para os mosteiros escrutinados neste trabalho interessa, particularmente, uma ata de 1522, que incide na comunidade de Almoester⁷³, a célebre *Peregrinatio Hispanica*,

⁶⁸ CANIVEZ, Joseph-Marie – *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis*, t. I: *Ab anno 1116 ad annum 1220*. Louvain: Revue d'Histoire Ecclésiastique, 1933, p. XXVII, n.º 10.

⁶⁹ LUCET, Bernard – *Les codifications cisterciennes de 1237 et de 1257*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1977, p. 284; COULTON, G. G. – “The Interpretation of Visitation Documents”. *The English Historical Review* 29/113 (Jan. 1914), p. 29.

⁷⁰ LUCET, Bernard – *Les codifications cisterciennes...*, p. 283: “Patres abbates qui filias suas per se, sive per idoneam personam non visitaverint per annum, tribus diebus sint in levi culpa, uno eorum in pane et aqua”.

⁷¹ GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), 1998, doc. I, de 22 de fevereiro de 1484, pp. 125-149 (em latim) e 155-182 (a tradução para português).

⁷² Foi publicada por RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II: contextualização, estudo e edição da fonte”. *Lusitania Sacra* 42 (2020), pp. 205-229 [Consultado a 11 de setembro de 2022]. Disponível em <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/10333/10730>

⁷³ Publicada por GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses...*, doc. III, de 8 a 12 de julho

redigida por Frei Claude de Bronseval, que consiste num relato bastante pormenorizado (em género de diário) da viagem que o abade de Claraval, e visitador da Ordem, D. Edme de Saulieu, realizou na Península Ibérica, entre 1531 e 1533⁷⁴, e uma longa ata que inclui as visitas realizadas aos Mosteiros de Arouca, Lorrão, Celas, Almoester e Odiveiras, entre os meses de março e maio de 1536⁷⁵. São, por isso, poucas as fontes que aqui usaremos, e que se enquadram num arco cronológico que se estende de 1522 a 1536.

De uma forma geral, a ideia com que ficamos é que, nessa altura, estavam a decorrer obras em vários mosteiros femininos, as quais, por motivos vários – mas, sobretudo, porque prejudicavam o quotidiano monástico –, acabaram por ficar documentadas nos inquéritos realizados pelos visitantes. Em 1522, por causa das obras que o rei mandara fazer, as monjas de Almoester não dormiam todas no mosteiro e, por isso, só rezavam as matinas de manhã⁷⁶. Em 1536, havia, igualmente, obras a decorrer no dormitório das monjas de Lorrão, com pedreiros e carpinteiros, que ultrapassavam já os 5000 cruzados, porque o espaço não chegava para tantas monjas, que tinham, por isso, de se dividir, à noite, entre o seu dormitório e a câmara da abadessa, o que prejudicava a vida em comunidade. Aliás, o número de monjas era de tal forma elevado que também não cabiam todas no refeitório⁷⁷.

O excesso de religiosas por casa encontra-se ainda registado em Almoester, em 1536⁷⁸, ou em Cós, em 1492 e em 1532⁷⁹. Este aspecto é importante porque o aumento significativo do número de monjas levava à insuficiência dos espaços e, inevitavelmente, à realização de obras para ampliar os edifícios de forma a acompanhar o crescimento da comunidade.

Este aumento significativo do número de monjas, de certa forma, justifica, também, o aparecimento de três novas casas femininas, na primeira metade do século

de 1522, pp. 191-206.

⁷⁴ BRONSEVAL, Frei Claude de – *Peregrinatio Hispanica*. 2 Tomos.

⁷⁵ Publicadas por FORTES, Maria Tereza Amaral – *Para a História da Ordem de Cister em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974. Dissertação de Licenciatura, pp. 256-257 e 341-374 e GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses...*, doc. XIII, p. 308 e 348-364.

⁷⁶ GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses...*, doc. III, pp. 192, 197 e 202-203.

⁷⁷ GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses...*, doc. XIII, pp. 348, 354-355 e 358.

⁷⁸ “[...] e a causa he por serem mujtas religiosas na dicta casa porque a Renda do moesteiro nam abasta quando muyto mais de para trinta mulheres E achamos per conta que passam de cinquenta e cinco” (GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses...*, doc. XIII, pp. 360-361).

⁷⁹ RÉPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I: a comunidade monástica no período medieval”. *Lusitania Sacra* 41 (2020), pp. 197-208 [Consultado a 11 de setembro de 2022]. Disponível em <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/10124/9889>; RÉPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II...”, pp. 220-222; BRONSEVAL, Frei Claude de – *Peregrinatio Hispanica*. Tomo II, pp. 464-469, de 20-21 de novembro de 1532 (ou a tradução para Português apresentada por SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de S.^{ta} Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Edições Magno, 1998, doc. 1, pp. 257-258).

XVI: São João de Vale Madeiro, São Bernardo de Portalegre e Nossa Senhora da Piedade de Tavira. As primeiras estavam, aliás, em fase de construção quando D. Edme de Saulieu as visitou, em dezembro de 1532 e fevereiro de 1533, fazendo disso menção o seu secretário, Frei Claude de Bronseval:

“Prope illud oppidum [vocatam Cannes] est inceptum unum monasterium pro monialibus nostri Ordinis”; “Monasterium [novum Sancti Bernardi de Portallegre] nondum erat integre constructum, sed elegantissime inceptum claustrum inferius et superius, dormitorium quoque refectorium consummata singulariter”⁸⁰.

Por fim, na *Peregrinatio Hispanica* regista-se, ainda, com interesse para este trabalho, que, em 1532, o mosteiro de Odivelas havia sido danificado por causa do terramoto que sacudira o reino em 1530: “Quod a duobus annis per terremotum qui generaliter in toto regno contigerat mirabiliter fuerat damnificatum”⁸¹.

Notas finais.

Impõe-se que procuremos tecer algumas considerações finais.

Importa, antes de mais, dizer que a documentação de mosteiros de monjas cistercienses não inclui referências apenas a obras realizadas ou a realizar nos edifícios dos próprios mosteiros. Não sendo frequentes, por vezes encerra menções expressas a obras que se deviam realizar em casas nobres (e à forma como deviam ser realizadas). Abordámos um caso relativo ao paço de Berengária Aires de Gosende, em Almoester, mas o mesmo sucede, por exemplo, na sequência de partilhas em que um paço senhorial era dividido por dois herdeiros, facto que implicava o encerramento de portas interiores, para impedir a circulação para a outra parte do paço, a abertura de uma nova porta principal, de acesso ao exterior, para aquele que ficou com a parte de trás do paço e, obviamente, a construção de uma nova entrada na sua parte da quintã⁸². Estamos

⁸⁰ BRONSEVAL, Frei Claude de – *Peregrinatio Hispanica*. Tomo II, pp. 510 e 582.

⁸¹ BRONSEVAL, Frei Claude de – *Peregrinatio Hispanica*. Tomo I, p. 356, de 5 de agosto de 1532.

⁸² São várias as cartas de partilhas que envolvem a divisão de paços ou de quintãs, com a obrigação de abrir ou tapar portas, sendo algumas mais pormenorizadas do que outras. Citamos, a título de exemplo, as seguintes: Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 5, mç. 3, n.º 12, de 24 de março de 1292, publ. por ALMEIDA, Dina Carla Ferreira de Sousa de – *O Mosteiro Cisterciense de Arouca. Comunidade e Património (1300-1317)*. Vol. II. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003, doc. 128 (datando-o, por lapso, de 1262) [Dissertação de Mestrado]; Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 5, mç. 10, n.º 35, de 9 de outubro de 1306, publ. por ALMEIDA, Dina Carla Ferreira de Sousa de – *O Mosteiro Cisterciense de Arouca...*, Vol. II, doc. 83; e Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 5, mç. 1, n.º 22, de 20 de outubro de 1332. Ainda no âmbito de partilhas, em 24 de outubro de 1281, João da Teixeira comprometeu-se a fazer uma casa, telhada, tão longa como o paço de Vila Cova, em que pousavam os cavaleiros (Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 6, mç. 5, n.º 13; trasladado parcialmente em Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 4,

perante obras de reconfiguração do espaço construído, face a uma nova realidade, a um novo contexto habitacional.

Há também algumas referências a obras em casas situadas nas imediações de mosteiros, sobretudo do de Arouca, para o qual a documentação é significativamente mais abundante⁸³. Em ambos os casos (dos paços senhoriais e destas casas de Arouca que, sendo do mosteiro, eram entregues aos seus servidores mais próximos para eles aí habitarem), optámos por não tratar tais dados neste trabalho, por dizerem respeito ao mundo rural e por fugirem ao objeto de estudo aqui definido, ainda que, cremos, seja importante registar-se a sua existência.

Convém, igualmente, reconhecer as limitações de um trabalho deste género, que se apresenta como um contributo para o estudo da construção, a partir de um conjunto delimitado de fontes. Na verdade, a natureza dessas fontes, não circunscrevendo as informações disponíveis a edifícios monásticos, como acabámos de ver, não deixa de condicionar a visão sobre o assunto que é aqui tratado de uma forma mais lata, a construção, até porque, tratando-se de referências dispersas na documentação, estas dificilmente permitem construir uma criteriosa visão de conjunto. Para esse efeito, seria, porventura, mais adequado centrar o trabalho numa única obra, mais documentada, ou num único documento, como aquele relativo às obras no claustro da Sé de Lisboa, estudado por José Augusto Oliveira⁸⁴, por exemplo, ou num único fundo documental, ou ainda circunscrito a uma geografia específica, que não é o caso⁸⁵.

mç. 2, n.º 27, de 26 de setembro de 1294, publ. por RÊPAS, Luís Miguel – *Quando a Nobreza Traja de Branco. A comunidade Cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Magno Edições, 2003, doc. 130, pp. 444-445, e em Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 4, mç. 2, n.º 26, de 16 de maio de 1337).

⁸³ Como se verifica no documento Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 3, mç. 4, n.º 22, de 18 de abril de 1319, resumido por RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo...*, vol. 2/1, p. 625.

⁸⁴ OLIVEIRA, José Augusto – “Um estaleiro medieval: as obras no claustro da Sé de Lisboa”. In FONTES, João Luís Inglês *et alii* (coords.) – *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 177-204.

⁸⁵ Sem pretendermos ser exaustivos, estudos de carácter pontual, local ou regional, para o período medieval, foram já desenvolvidos por GOMES, Saul António – “Materiais de construção na região de Leiria em tempos medievais”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: os Materiais*. Braga: CITCEM / LAMOP, 2012, pp. 167-192 (vejam-se, ainda, os trabalhos deste autor mencionados na nota 8); CONDE, Manuel Silvio Alves – “Materiais de construção na arquitetura do Médio Tejo nos finais da Idade Média”. In JORGE, Vitor Oliveira (coord.) – *3º Congresso de Arqueologia Peninsular. UTAD. Vila Real, Portugal, setembro de 1999*. Vol. 7. Vila Real: UTAD, 2000, pp. 43-56; ALBERGARIA, Isabel Soares de – “Os homens da construção nas ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores (séculos XV e XVI). Cargos, funções e organização profissional dos sectores da construção”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: os Construtores*, pp. 129-150; REAL, Manuel Luís – “Encomendadores e construtores num projecto de integração cultural e inovação estilística: o caso das parcerias na oficina românica de S. Pedro de Ferreira (Portugal)”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: os Construtores*, pp. 151-172; MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os construtores das cidades: Braga e Porto (séculos XIV-XVI)”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: os Construtores*, pp. 99-127; MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo

Feita esta ressalva, consideramos, ainda assim, relevante destacar algumas ideias que resultam do presente estudo ou que para ele concorrem:

1. A construção dos mosteiros prolongava-se por muitos anos e realizava-se por fases, concluindo-se primeiro as principais dependências monásticas, onde o culto tinha lugar e começavam a viver as comunidades, e depois as restantes, de acordo com a disponibilidade financeira das casas ou dos seus benfeitores (os patrocinadores dessas obras)⁸⁶.

2. Este cenário obriga-nos a repensar a imagem que temos dos edifícios monásticos medievais, que correspondiam, em primeiro lugar, às possibilidades das respetivas casas (como, aliás, facilmente se comprova quando estudamos o Mosteiro de Cástris, ou o de Cós⁸⁷, ambos cistercienses, ou ainda, por exemplo, a evolução das instalações da comunidade dominicana do Paraíso de Évora, estudada por João Luís Fontes⁸⁸).

3. O caso de São Bento de Cástris, aqui analisado, permite-nos concluir que é possível alguém financiar obras apenas numa ou em duas alas de um claustro e que é possível um mosteiro manter um claustro inacabado durante décadas⁸⁹,

preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho". In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: os Materiais*, pp. 127-166.

⁸⁶ À "capacidade de financiamento das obras", para justificar o alongamento das construções monásticas no tempo (ou até a sua inconclusão), Saul António Gomes acrescenta, ainda, problemas associados à "disponibilidade dos materiais adequados aos projetos" e à "oferta da mão-de-obra qualificada e necessária" (GOMES, Saul António – "A construção monástica no Portugal medievo...", p. 255).

⁸⁷ Como dissemos ao início, o Mosteiro de Cós, por estar implantado no mundo rural, não foi contemplado neste estudo. Mereceu, porém, a nossa atenção noutro local, particularmente as questões relativas ao espaço edificado (RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – "Uma Visitação inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I...", pp. 181-208; e RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – "Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II...", pp. 205-229).

⁸⁸ Numa interessante memória, de 1530-1533, conservada no Mosteiro do Paraíso de Évora, sobre as respetivas origens, apresenta-se uma descrição das suas instalações iniciais, onde se lê: "era esta casa tam piquinina que toda Junta com seu oratório e oficinas cabiam naquela soo casa que agora he coro de baixo". Segundo João Luís Fontes, "aí tinham dormitório comum e casa de teares e oficinas, associadas ao trabalho manual" (FONTES, João Luís Inglês – "Ordenar na Observância: Traços e Memória do Processo de Institucionalização do Mosteiro Dominicano do Paraíso de Évora". In GOUVEIA, António Camões; NUNES, José; FONTES, Paulo (eds.) – *Os Dominicanos em Portugal (1216-2016)*. Lisboa: CEHR-UCP – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2018, pp. 47-59, em particular a p. 56).

⁸⁹ Basta, aliás, atentar à descrição do Mosteiro de Ermelo feita por Frei Claude de Bronseval, em que se diz que se viam vestígios de grandes construções que, em tempos, haviam sido iniciadas para o dormitório, a sala do capítulo e o refeitório, e que nunca chegaram a ser concluídas (BRONSEVAL, Frei Claude de – *Peregrinatio Hispanica*. Tomo II, pp. 534-536, de 20 de janeiro de 1533: "Ex parte australi videntur aliqua initia quondam fuisse magnorum edificiorum pro dormitorio, capitulo, refectorio, sed nichil videtur unquam fuisse perfectum"). Para uma síntese do estado dos edifícios monásticos visitados pelo abade de Claraval, D. Edme de Saulieu, veja-se MARQUES, Maria Alegria Fernandes – "Bronseval revisitado ou o saldo da medievalidade nos mosteiros cistercienses portugueses". In *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 309-327.

o que, transposto para a realidade de Santa Maria de Celas, em Coimbra, ajuda a desconstruir alguma argumentação que tem vindo a ser apresentada sobre o seu claustro e que se baseia impossibilidade de determinadas soluções, que alguns autores consideravam ser inaceitáveis, mas que, aparentemente, não são. Falamos, em concreto, da dimensão do claustro e da disposição dos capitéis decorados. Na verdade, não é impossível que, durante muito tempo, apenas o espaço claustral que corresponde às duas alas onde atualmente se encontram os capitéis estivesse alpendrado. Resultaria, obviamente, dos condicionalismos económicos da casa, que, apesar de ter sido fundada por uma filha do rei D. Sancho I, à semelhança de Lorrvão e Arouca, nunca se lhes comparou em riqueza e grandeza. É, aliás, algo que se confirma pela taxaço de 1320/1321, já mencionada neste trabalho: entre as suas congéneres cistercienses, não só as 1000 libras de Celas ficam muito abaixo das 5000 de Lorrvão ou das 9000 de Arouca, como, note-se, ficam igualmente abaixo das 1100 de Almoester e das 2000 de Odivelas, comunidades que haviam sido recentemente fundadas (em 1289 e 1295, respetivamente), ao contrário da de Celas, que deu os seus primeiros passos na década de 20 do século XIII, mas em que a morte prematura da sua fundadora condicionou, de forma indelével, o seu sucesso. Com esta possibilidade, em nosso entender, cai por terra a ideia de que o claustro teria, necessariamente, de ser constituído por quatro pequenas alas, com metade da dimensão das atuais, pelas quais se distribuiriam todos os capitéis que se conservam (i.e., 6 colunas duplas por galeria). E, em nosso entender, devemos ponderar a possibilidade de, numa primeira fase, terem sido construídas apenas duas alas do claustro (as que incluem os capitéis figurativos), não excluindo, como é óbvio, a hipótese, igualmente plausível, proposta por Carla Varela Fernandes, da coexistência destas duas alas, em pedra, com outras duas em madeira. Concordamos, por isso, com esta autora quando afirma que “as duas alas compostas por colunas e capitéis totalmente sem decoração e tão diferentes dos anteriores [...] correspondem a um acrescento posterior – do século XVI – que vieram aumentar ou, como me parece mais provável, finalizar a construção das alas de pedra do claustro”⁹⁰. Consideramos, assim, mais uma vez alinhados com Carla Varela Fernandes, que o espaço do claustro existiu e seria usado pela comunidade, ainda que, no início, não estivesse alpendrado, como vimos que também sucedeu no Mosteiro de São Bento de Cástris, onde os recursos económicos não abundavam.

4. A documentação analisada (pelo menos aquela que até agora encontrámos) não é rica no que se refere à mão-de-obra ou aos materiais usados, nem tão-pouco aos respetivos custos. Fornece, ainda assim, alguns elementos relativos à origem dos materiais: atesta-se a posse de uma pedreira em Montes Claros, junto a Coimbra, por parte das monjas de Santa Maria de Celas, de onde poderá ter saído a pedra usada

⁹⁰ FERNANDES, Carla Varela – *Santos, Heróis e Monstros...*, p. 23.

nalgumas das obras realizadas no mosteiro, e, como vimos também, a pedra usada em São Bento de Cástris devia ser da comarca. Colhemos ainda alguns, poucos, pormenores construtivos: o alpendre de Cástris devia ter colunas, com bases, fustes e capitéis bem lavrados, de pedra.

5. Por fim, percebemos que o caderno de encargos das obras era, muitas vezes, feito por alusão a outras obras já concluídas, que serviam, assim, de referência, como vimos acontecer no paço de Almoester, que deveria replicar o trabalho efetuado no paço régio de Frielas, ou na obra contratada para o Mosteiro de Chelas, que seguiria o modelo da sala do prior do Hospital que estava em São Brás, na cidade de Lisboa.

A terminar, esperamos, pois, que tais elementos, depois de cruzados com outros, possam contribuir, de alguma forma, para o estudo da construção, de uma forma geral, ou, pelo menos, para o estudo de alguns dos edifícios aqui abordados.